

[ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2013]



MUNICÍPIO DE MÊDA



8.1 CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

8.1.1. Identificação

Município de Meda

Largo do Município

6430-197 Meda

N.º de Identificação Fiscal – 505.161.974

Regime Financeiro

A Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, estabelece o regime financeiro dos municípios e das freguesias. De acordo com o n.º 1 do artigo 3.º deste diploma legal, o Município de Meda possui património e finanças próprios, cuja gestão compete aos respetivos órgãos. O n.ºs 2 e 4 do artigo 3.º do referido diploma determinam os poderes dos órgãos do Município. O n.º 1 do artigo 4.º do mesmo diploma estabelece ainda que o município de Mêda está sujeito às normas consagradas na lei de Enquadramento Orçamental e os princípios e regras orçamentais e de estabilidade orçamental.

A participação da autarquia nos recursos públicos visa o equilíbrio financeiro vertical e horizontal. O equilíbrio financeiro vertical visa adequar os recursos de cada nível de administração às respetivas atribuições e competências, enquanto que o equilíbrio horizontal pretende orçamental a correção de desigualdade entre autarquias do mesmo grau, resultantes de diferentes capacidades de arrecadação de receitas ou diferentes necessidades de despesa.

A repartição de recursos públicos entre estado e os municípios é obtida através de uma subvenção geral determinada a partir do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) de 25,3% de média aritmética simples da receita proveniente dos impostos sobre as pessoas singulares (IRS), sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e sobre o valor acrescentado (IVA); uma subvenção específica a partir do Fundo Social Municipal (FSM) correspondente às despesas relativas, às competências transferidas da administração central para os municípios; uma participação de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domínio fiscal na respetiva circunscrição territorial.

O endividamento autárquico baseia-se em princípios de rigor e eficiência, na prossecução dos objetivos de minimização de custos diretos e indiretos a longo prazo; garantir a distribuição equilibrada de custos pelos vários orçamentos anuais; na prevenção de excessiva concentração temporal de amortização; e não exposição a riscos excessivos.

O limite de endividamento líquido total do município não pode exceder no final de cada exercício 125% do montante total das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da parcela fixa do IRS e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior. Os municípios que não cumpram o limite anterior deverão reduzir, em cada ano subsequente em 10% a menos que no ano anterior, até que o mesmo seja cumprido.

O limite dos empréstimos do município no final de cada ano não pode exceder 100% do montante total das receitas locais mencionadas para o endividamento líquido total, sendo que quando este limite for ultrapassado os municípios deverão proceder à redução do endividamento em 100% a menos do que no ano anterior, até que o mesmo seja cumprido.

2

O regime relativo à contabilidade das autarquias locais visa a sua uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira, permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do respetivo património, bem como a apreciação e julgamento das respetivas contas anuais.

A contabilidade das autarquias locais respeita o Plano Oficial de contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), podendo ainda dispor de outros instrumentos necessários à boa gestão e ao controlo do dinheiro e outros dos ativos públicos.

As contas anuais dos municípios e das entidades associativas municipais que detenham capital em fundações, empresas municipais, intermunicipais ou sociedades anónimas devem ser verificadas por auditores externos, que reporta à Assembleia Municipal.

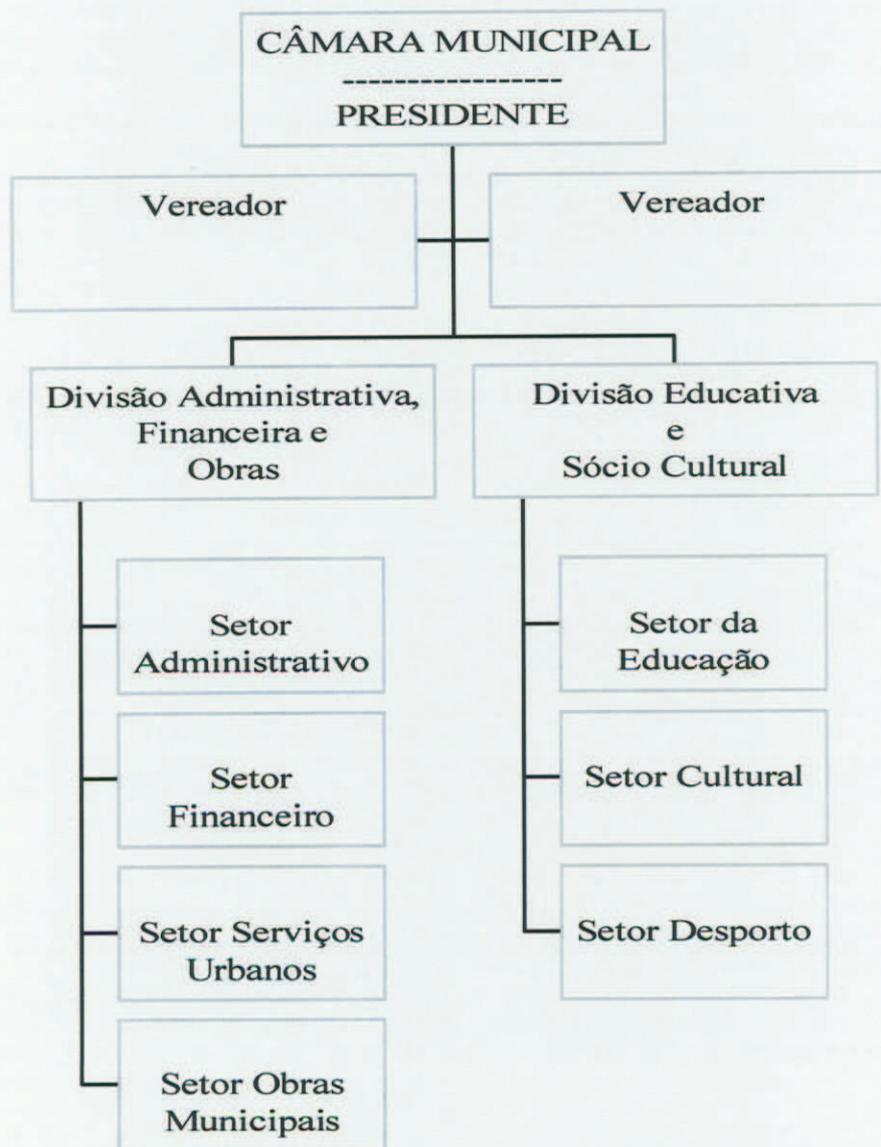
8.1.2. Legislação

4.

Toda a legislação descrita no presente relatório.

8.1.3. Estrutura Organizacional Efetiva

O Despacho n.º 3756/2013, de 8 de março (2.ª série) vem regulamentar a estrutura e organização interna dos serviços municipais. De acordo com o regulamento define os objetivos, a organização e os níveis de atuação dos serviços da Câmara Municipal de Mêda, bem como os princípios que os regem, e estabelece os níveis de direção e hierarquia que articulam os serviços municipais e o respetivo funcionamento, nos termos e respeito pela legislação em vigor.



Quanto aos princípios no desempenho das suas atribuições, os serviços municipais devem prosseguir a realização plena, oportuna e eficiente das ações e tarefas definidas pelos órgãos municipais, no sentido do desenvolvimento socioeconómico do concelho, designadamente os constantes dos planos e programas de atividades; promover a obtenção de índices crescentes de melhoria de prestação de serviços às populações, respondendo de forma eficaz as suas necessidades e aspirações; maximizar o aproveitamento dos recursos disponíveis no quadro de uma gestão racional e moderna; promover a participação organizada, sistemática e responsável, dos agentes sociais e económicos e dos cidadãos em geral, nas decisões e na atividade municipal. Finalmente, criar condições para a valorização e estímulo profissional dos trabalhos e dignificação da sua função.

Compete à Assembleia Municipal, conforme dispõe a alínea a), do n.º 2 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal.

8.1.4. Descrição Sumária das Atividades

O objetivo estratégico do Município de Mêda é a promoção do bem-estar da população e a qualificação do concelho, assentes na valorização dos recursos, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável e de participação dos cidadãos. Pretende-se uma intervenção mobilizadora, envolvendo e motivando diversos intervenientes e que responda à causa dos problemas existentes.

8.1.5. Recursos Humanos

Em resultado das eleições autárquicas de 29 de setembro de 2013, o registo dos eleitos para os órgãos das autarquias locais, ao abrigo do Art. 234.º da lei eleitoral dos órgãos das autarquias locais.

Município de Mêda						
Distrito: Guarda				Concelho: Mêda		
Nome	Cargo	Profissão	Idade	Residência (Concelho)	Naturalidade (Concelho/Freguesia)	Partido ou Coligação
Anselmo Antunes de Sousa	Presidente	Professor do Ensino Secundário	52	Mêda	Cavernães - Viseu	P.S
Paulo Jorge Santos Dias Esteves	Vereador	Bancário	44	Mêda	Angola	P.S
António César Valente Figueiredo	Vereador	Engenheiro Agrícola	37	Mêda	Mêda	CDS-PP
Paulo Jorge de Lemos Amaral	Vereador	Formador/Consultor	49	Mêda	Mêda	P.P.D/P.S.D
António Manuel Saraiva Lopes	Vereador	Bancário	54	Mêda	Mêda	CDS-PP

8.1.7. Organização contabilística

5

O sistema informático utilizado pela Município de Mêda é o Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA), da Associação Informática de Região Centro.

8.2 - NOTAS AO BALANÇO E A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

8.2.1 – Indicação e Justificação das disposições do POCAL que, em casos excecionais, devidamente fundamentados e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos no Balanço e Demonstração de Resultados, tendo em vista a necessidade de estes darem uma imagem verdadeira e apropriada do Ativo, do Passivo e dos Resultados da Autarquia Local.

O POCAL estabelece obrigatoriedade de aplicação de 3 sistemas contabilísticos (orçamental, patrimonial e de custos), contudo o município ainda não dispõe de contabilidade de custos apropriada.



8.2.2 – Indicação e comentário das contas do Balanço e da Demonstração de Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

BALANÇO

ACTIVO

Nada a referir.

PASSIVO

Nada a referir.

FUNDO PATRIMONIAL

Nada a referir.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

6

CUSTOS E PERDAS

Nada a referir.

PROVEITOS E GANHOS

Nada a referir.

8.2.3 - Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do Balanço e Demonstração de Resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões.

Imobilizações

Foram contabilizados os bens móveis e imóveis cuja aquisição ocorreu durante o ano 2013, tendo sido reconhecidos pelo custo de aquisição ou construção.

Igualmente foram registados todos os bens imóveis de domínio público ou privado, cuja receção tenha ocorrido durante o ano de 2013.

Investimentos Financeiros

As participações financeiras nas entidades totalmente detidas pelo município estão registadas de acordo com o Método de Equivalência Patrimonial e as restantes participações pelo Método de Custo, critério adotado desde o exercício de 2007.

Imobilizações corpóreas

Foram registadas ao custo de aquisição ou no caso das grandes reparações e beneficiações, pelo seu custo real.

Imobilizações em Curso

Encontram-se registados pelo valor dos autos e documentos que as suportam e foram transferidas para as imobilizações com a receção do bem.

Bens de domínio público

Os bens de domínio público da responsabilidade da autarquia, são classificados como tal, sempre que a autarquia seja responsável pela sua administração e controlo, com exceção dos bens do património histórico artístico e cultural, são valorizados sempre que possível, ao custo de aquisição ou construção, com base nos mesmos critérios definidos para o Imobilizado Corpóreo.

Amortizações

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, com base nas taxas máximas de amortização decorrentes das tabelas da Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril.

Acréscimos e Diferimentos

Os custos e os proveitos são reconhecidos contabilisticamente à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Provisões

Relativamente às provisões para as dívidas de terceiros de cobrança duvidosa, foram realizados os critérios definidos no ponto 2.7.1 do POCAL, nomeadamente:

Dívidas entre 6 a 12 meses – 50%;

Dívidas superiores a 12 meses – 100%.

Dívidas de terceiros e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes em numerário, cheques e vales postais e saldos de todas as contas bancárias.

8.2.4 - Cotações utilizadas na conversão em moeda portuguesa de transações em moeda estrangeira

O Município de Mêda não efetuou transações em moeda estrangeira, nem apresenta saldos em 31 de Dezembro de 2013 em moeda estrangeira em que tenha sido efetuada a conversão e atualização cambial.

8.2.5 – Situações em que o Resultado do Exercício foi afetado.

Nada a referir.

8.2.6 – Comentário às contas 431 – Despesas de Instalação e 432 – Despesas de Investigação e Desenvolvimento.

A conta 432 – Despesas de Investigação regista o valor do Mapa de Ruído, bem como de projetos para caminhos rurais.

8.2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do Ativo Imobilizado constantes no Balanço e nas respetivas Amortizações e Provisões, de acordo com os quadros seguintes.

Imobilizado Bruto

(Ver mapa em anexo)

Amortizações

(Ver mapa anexo)

9

8.2.8 – Cada uma das rubricas dos mapas atrás referidos, deverá ser desagregada de modo que sejam evidenciadas as seguintes informações:

Descrição do Ativo Imobilizado.

(Ver mapa em anexo)

Indicação dos valores dos bens adquiridos em estado de uso.

(Ver mapa em anexo)

Alienações, Transferências e Abates de elementos do Ativo Imobilizado, no exercício, devidamente justificados.

(Ver mapa em anexo)

Valores Líquidos dos elementos do Ativo Imobilizado.

(Ver mapa em anexo)

8.2.9 – Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

Não Aplicável.

8.2.10 – Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do Imobilizado.

Não Aplicável.

8.2.11 – Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações.

Não Aplicável.

10

8.2.12 – Relativamente às Imobilizações corpóreas e em curso, deve indicar-se o valor global, para cada uma das contas, de:

Imobilizações em poder de terceiros, incluindo bens de domínio público cedidos por contrato de concessão, em conformidade com o estabelecido no presente diploma.

Não Aplicável.

Imobilizações implantadas em propriedade alheia.

Não Aplicável.

Imobilizações reversíveis.

Não Aplicável.

8.2.13 – Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respectivos valores contabilísticos.

Não existem bens utilizados em regime de locação financeira.

8.2.14 - Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.

Os bens inventariados a custo zero, correspondem elementos do Imobilizado adquiridos à vários anos, não tendo sido possível valoriza-los pelo seu custo histórico.

Encontram-se imóveis que carecem da Conservatória do Registo Predial e respetiva inscrição matricial, contudo estão a decorrer os processos para a regularização desta situação.

8.2.15 – Identificação dos Bens de domínio público que não são objeto de amortização e identificação das respetivas razões.

Os bens de domínio público não amortizáveis correspondem aos terrenos destinados a equipamento público e as zonas verdes ou de lazer e monumentos.

11

8.2.16 – Designação e sede das entidades participadas, com a indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades, com menção desse exercício:

Designação	Capital Detido	Ajustamentos de partes de capital (MEP)	% de capital	Resultado Líquido 2012
Método de Equivalência Patrimonial				
ADL - Águas de Longroiva, EEM	100 000		100,00%	16 642
Nova Mêda - Empresa Gestora de Equipamentos Municipais, EEM	100 000		100,00%	- 9 346
Método do Custo				
Águas do Zêzere e Côa, S. A.	86 220	-	0,32%	-1 252 838
RESIESTRELA - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S. A.	54 720	-	1,37%	851 923
Associação de Municípios de Rio Torto	-	-	-	-
Associação de Municípios do Vale do Côa	-	-	-	-
Raia Histórica - Associação de Desenvolvimento do Nordeste da Beira	-	-	-	-
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	-	-	-	300 515
Associação de Municípios Cova da Beira	-	-	-	76 259
AIRC - Associação de Informática da Região Centro	-	-	-	484 198
Fundação Museu do Douro	4 767	-	0,45%	341 797
COMURBEIRAS - Comunidade Intermunicipal, CIM	-	-	-	-
TERRITÓRIOS DO CÔA - Associação de Desenvolvimento Regional	-	-	-	34 120

8.2.17 – Relativamente aos elementos incluídos nas contas "Títulos negociáveis" e "Outras Aplicações de tesouraria", indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades e valores de Balanço.

O Município de Mêda não dispõe de investimentos em Títulos Negociáveis e Outras Aplicações de Tesouraria.

8.2.18 – Discriminação da conta "Outras Aplicações Financeiras", com indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades e valores nominais e valores de Balanço.

O Município de Mêda não dispõe de Outras Aplicações Financeiras.

8.2.19 – Indicação Global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do Ativo Circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

Não Aplicável.

8.2.20 – Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.

Em 2013 embora não se tenha adotado o inventário permanente, no final do ano foi feita a contagem física dos bens em armazém e procedeu-se às respetivas regularizações.

8.2.21 – Indicação e Justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante, relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

13

Não Aplicável.

8.2.22 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

As dívidas de cobrança duvidosa, inscritas no Balanço, encontram-se registadas exclusivamente na rubrica 218 – Clientes, contribuintes e Utentes de cobrança duvidosa e respeitam a fornecimento de água.

8.2.23 – Valor global das dívidas Ativas e Passivas, respeitantes ao pessoal da Autarquia Local.

Não existem dívidas ativas ou passivas para com o pessoal da autarquia.

8.2.24 – Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com a indicação dos direitos que conferem.

Não Aplicável.

8.2.25 - "Estado e outros entes públicos"

Não existem dívidas em mora incluídas na conta Estado e Outros Entes Públicos.

8.2.26 - Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas

(Ver mapa anexo)

De salientar, que do valor dos depósitos bancários de €1.464.108,37, existem €266.803,60 que são relativos a cauções/garantias em dinheiro e retenções que se encontram consignados à entrega futura.

14

8.2.27 - Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte:

DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL	REFORÇO	DIMIMUIÇÃO	SALDO FINAL
291 - Prov. p/ Cobrança Duvidosa	579,73	313,78	0,00	893,51
292 - Prov. p/ riscos e encargos	328.924,76	18,06	328.942,82	0,00
TOTAL	329.504,49	331,84	328.942,82	893,51

No ano de 2013 regista-se uma diminuição das provisões para riscos e encargos relativa a dívidas não reconhecidas pela autarquia eliminadas das dívidas a terceiros de curto prazo e ao processo judicial relativo à reposição da opção gestor aos funcionários.

8.2.28 – Explicação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da Classe 5 "Fundo Patrimonial", constantes do Balanço.

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
51 - Património	17.253.371,89	1.384.392,86	0,00	18.637.764,75
55 - Ajustamento de partes de capital em empresas	-106.819,63	0,00	0,00	-106.819,63
57 - Reservas legais	172.598,53	0,00	0,00	172.598,53
59 - Resultados transitados	3.072.983,23	79.799,89	781.467,81	2.371.315,31
TOTAL	20.392.134,02	1.464.192,75	781.467,81	21.074.858,96

A conta 51 registou um aumento devido à introdução de bens que não constavam no Balanço Inicial e que a sua contrapartida foi da seguinte forma:

RUBRICAS	VALOR
421	7.960,00
451	79.375,61
453	751.624,29
4221	328.370,00
4222	217.062,96
TOTAL	1.384.392,86

A conta 59 – Resultados Transitados registou diminuição que se refere à aplicação dos resultados líquidos de 2012 e regularizações de imobilizado relativas aos anos anteriores.

8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

(Ver mapa anexo)

8.2.30 - Demonstração da variação da produção

Não aplicável.

8.2.31 - Demonstração de resultados financeiros

(Ver mapa anexo)

8.2.32 - Demonstração dos resultados extraordinários

(Ver mapa anexo)

Município de Média

Ano: 2013

Ativo Bruto (Imobilizado Bruto)

Unidade: Euros

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/Ajustam.	Aumentos	Alienações	Sinistros+Abates+Transf.	Saldo Final
451 Terrenos e Recursos Naturais	73.168,84	138.031,74	14.822,08	0,00	0,00	226.022,66
452 Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
453 Outras Construções e Infra-estruturas	36.555.547,78	751.624,29	3.229,16	0,00	1.750.943,30	39.061.344,53
455 Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
459 Outros Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
445 Imobilizações em curso	2.535.374,67	-806,71	1.437.347,80	0,00	-3.441.502,43	530.413,33
446 Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	39.164.091,29	888.849,32	1.455.399,04	0,00	-1.690.559,13	39.817.780,52
431 Despesas de Instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432 Despesas de investigação e desenvolvimento	435.314,21	0,00	5.166,00	0,00	0,00	440.480,21
433 Propriedade Industrial e outros direitos	89.933,87	0,00	0,00	0,00	0,00	89.933,87
443 Imobilizações em curso	89.035,01	0,00	27.060,00	0,00	0,00	116.095,01
449 Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	614.283,09	0,00	32.226,00	0,00	0,00	646.509,09
421 Terrenos e Recursos Naturais	986.538,68	7.960,00	420.500,00	319.520,11	0,00	1.095.478,57
422 Edifícios e outras construções	15.531.335,86	545.432,96	40.093,88	10.116,33	1.573.412,20	17.680.158,57
423 Equipamento básico	1.014.120,18	0,00	63.296,02	0,00	0,00	1.077.416,20
424 Equipamento de transporte	1.349.808,37	0,00	16.272,49	0,00	0,00	1.366.080,86
425 Ferramentas e utensílios	66.650,79	0,00	0,00	0,00	0,00	66.650,79
426 Equipamento administrativo	1.260.108,95	0,00	6.927,34	0,00	-59,86	1.266.976,43
427 Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
429 Outras imobilizações corpóreas	221.268,08	0,00	0,00	0,00	0,00	221.268,08
442 Imobilizações em curso	334.443,23	-4.268,10	42.929,45	0,00	-998,18	372.106,40
448 Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	20.764.274,14	549.124,86	590.019,18	329.636,44	1.572.354,16	23.146.135,90
411 Partes de capital	274.148,86	0,00	0,00	0,00	0,00	274.148,86
412 Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4141 Invest. em Imóveis - Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4142 Invest. em Imóveis - Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4151 Outras aplic. financeiras - Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4152 Outras aplic. financeiras - Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4153 Outras aplic. financeiras - Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441 Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
447 Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	274.148,86	0,00	0,00	0,00	0,00	274.148,86

25

Município de Mêda

Ano: 2013

Amortizações e Provisões

Unidade: Euros

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público 485				
Terrenos e recursos naturais 4851	4.283,20	0,00	0,00	4.283,20
Edifícios 4852	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infraestruturas 4853	13.603.655,89	1.298.092,19	-258.965,74	15.160.713,82
Bens do património histórico, artístico e cultural 4855	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público 4859	0,00	0,00	0,00	0,00
	13.607.939,09	1.298.092,19	-258.965,74	15.164.997,02
De Imobilizações incorpóreas 483				
Despesas de instalação 4831	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento 4832	294.436,19	136.802,03	0,00	431.238,22
Propriedade industrial e outros direitos 4833	0,00	0,00	-89.933,87	89.933,87
	294.436,19	136.802,03	-89.933,87	521.172,09
De Imobilizações Corpóreas 482				
Terrenos e recursos naturais 4821	260.697,00	1.265,70	0,00	261.962,70
Edifícios e outras construções 4822				
Edifícios 48221	1.140.385,30	186.625,13	59.208,16	1.267.802,27
Outras construções 48222	547.727,80	58.254,06	190.051,83	415.930,03
Equipamento básico 4823	434.276,04	79.820,71	0,00	514.096,75
Equipamento de transporte 4824	1.012.413,86	72.739,24	0,00	1.085.153,10
Ferramentas e utensílios 4825	56.280,28	5.054,54	0,00	61.334,82
Equipamento administrativo 4826	1.127.517,40	47.719,80	59,86	1.175.177,34
Taras e vasilhame 4827	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas 4829	146.892,52	2.909,80	0,00	149.802,32
	4.726.190,20	454.388,98	249.319,85	4.931.259,33
De Investimentos em imóveis 481				
Terrenos e recursos naturais 4811	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções: 4812				
Edifícios 48121	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções 48122	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
De Investimentos Financeiros 49				
Partes de capital 491	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação 492	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras: 495				
Depósitos em instituições financeiras 4951	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública 4952	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos 4953	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00

Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Ano: 2013
(unidade: EUR)

Município de Média

(designação da autarquia local)

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências Iniciais	0,00	67.587,90
Compras	293.574,06	21.241,12
Regularizações de Existências	0,00	11.375,89
Existências Finais	0,00	87.780,20
Custos no Exercício	293.574,06	12.424,71

Município de Média

Ano: 2013

Demonstração de resultados financeiros

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2013	2012			2013	2012
681	Juros suportados	223.446,43	273.287,62	781	Juros obtidos	2.661,31	9.035,27
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	0,00	0,00
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	1.664,15	1.986,66
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiros	27.336,66	199,19	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
	Resultados Financeiros	-246.457,63	-262.464,88	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
		4.325,46	11.021,93			4.325,46	11.021,93

Município de Média

Ano: 2013

Demonstração dos Resultados Extraordinários

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2013	2012			2013	2012
691	Transferências de capital concedidas	117.763,20	192.200,00	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	0,00	0,00	793	Ganhos em existências	11.375,89	0,00
694	Perdas em imobilizações	173.758,48	170.673,75	794	Ganhos em imobilizações	937,09	3.750,00
695	Multas e Penalidades	0,00	0,00	795	Benefícios de penalidades contratuais	3.379,50	6.164,06
696	Aumentos de amortizações e de provisões	18,06	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	64.123,88	34.216,19
697	Correções relativas a exercícios anteriores	368.103,74	66.257,81	797	Correções relativas a exercícios anteriores	369.360,23	143.352,95
698	Outros custos e perdas extraordinárias	504,57	0,00	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	620.074,30	494.186,89
	Resultados extraordinários	409.102,84	252.538,53				
		1.069.250,89	681.670,09			1.069.250,89	681.670,09